



**SINDICATO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE ICAPUÍ**



Rua Engenheiro Francisco de Assis, Centro,
62810-000—Icapuí—CE

Tel: (88) 3432-1037
Fax: (88) 3432-1037

Email: sindicapui@yahoo.com.br
www.sindicapui.org.br

DIRETORIA: Presidente: Francisco Celestino Cavalcante. Vice-presidente: Ronaldo Roldão de Lima. Secretário Geral: Raimundo Reudson Maia de Almeida. 2º Secretário Geral: Francisco Bruno Malaquias. Secretário de Finanças: João Francisco Rodrigues da Silva. 2º Secretário de Finanças: Francisco Raulson de Freitas. Secretário de Formação e Política Sindical: Clotenir Damasceno Rabelo. 2º Secretária de Formação e Política Sindical: Francisca Liduina Rocha. Secretário de Assuntos Jurídicos: Jackson Fábio da Costa. 2º Secretário de Assuntos Jurídicos: Juarez Teixeira da Silveira Filho. Conselho Fiscal: Francisca Neuma Jerônimo; Liduina Rebouças; Maria Juraci Rodrigues da Silva; Ericláudio Pereira da Costa; Maria Alaene Barbosa.

**NEGOCIAR, AVANÇAR E
CONQUISTAR.**



PONTOS DA REFORMA TRABALHISTA— MENOS EMPREGO E MAIS PRECARIZAÇÃO

“Um dos grandes argumentos da gestão Temer para ganhar o debate da Reforma Trabalhista era que ela geraria mais empregos.

A experiência de países na Europa mostra que isso não é verdade. Na Espanha, por exemplo, a reforma teve como consequência um dos mais altos índices de desemprego (26%), além de elevar para 34% os empregos temporários. Então, uma reforma como essa não apresenta saídas para o quadro alarmante de desemprego que vive o Brasil hoje: mais de 26 milhões de brasileiros e brasileiras condenados ao desemprego ou a

condições de subemprego.

Com a nova regra, quem trabalha hoje com carteira assinada pode ser demitido para a contratação de outros em condições precárias e salários muito mais baixos.

Com o Trabalho Intermitente, as empresas poderão contratar para trabalhar, esporadicamente, e pagar apenas pelo período trabalhado. Essa modalidade é uma forma de legitimar o “bico” e irá aumentar, de forma assustadora, a precarização do trabalho piorando a vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

A Reforma Trabalhista também reduz o direito que o trabalhador e a trabalhadora tem ao intervalo para descanso e almoço. Com a nova regra, o horário de intervalo para o almoço poderá ser reduzido de 60 minutos para 30 minutos.

Embora não trate especificamente do trabalhador e da trabalhadora rural, a Reforma Trabalhista poderá alterar, para pior, o tempo da jornada de trabalho, os intervalos para descanso, o prazo do contrato temporário e o pagamento das horas de deslocamento entre casa e trabalho mediante valor fixo ou outra

forma de benefício, dentre outros direitos.

Com a Reforma Trabalhista as mulheres trabalhadoras verão direitos como a licença maternidade ameaçados. E fica pior, as trabalhadoras grávidas e lactantes expostas a ambientes de trabalho insalubre perdem o direito de afastamento automático do ambiente de risco”.

(Trechos extraídos da 2ª cartilha da CTB sobre a reforma trabalhista, páginas 4 a 9)

A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO SINDICAL DE QUIXADÁ

O presidente do SINDSERPUMI, Celestino Cavalcante, e o secretário de formação, Clotenir Rabelo, conheceram a experiência de formação política e sindical desenvolvida pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Quixadá (SINDSEP). O intuito da visita era conhecer a referida atividade para subsidiar e apontar procedimentos e caminhos mais sólidos para a construção e implementação de uma formação política e sindical, na forma de curso de extensão com certificação, que se encontra em elaboração no SINDSERPUMI.

A diretoria executiva do SINDSEP –Quixadá, presidência e membros da equipe de formação, repassaram o histórico da experiência, os instrumentos de elaboração do curso de formação, os procedimentos pedagógicos e técnicos, bem como materiais e suportes tecnológicos que compõem a política de formação daquela entidade, mostrando-se para os integrantes do SINDSERPUMI como uma ação bastante organizada, robusta e suficientemente implementada, ultrapassando, inclusive, o universo formativo dos sindicalizados, e adentrando na formação da comunidade e nos problemas sociais concretos. Destaca-se, sobretudo, no projeto de formação do sindicato de Quixadá a intensa articulação com a FECLESC (Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central), que figura como importante parceria na formação em questão através de seus professores e programas.

Com a visita, o SINDSERPUMI, e valendo-se da contribuição dos membros da equipe de formação do SINDSEP-Quixadá, bem como da parceria dialogada também com a FECLESC através do Diretor da Faculdade, professor Luiz Oswaldo Sant'Iago Moreira de Souza, a secretaria de formação do SINDSERPUMI estará agora cuidando da maior sistematização desse processo de formação e da organização do curso de formação em questão, com vista a implantação em 2018.



NOSSA VOZ

FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL
ORGÃO (IN)FORMATIVO DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ

VOLUME 1 Nº 5 NOVEMBRO-DEZEMBRO 2017

ENCERRANDO UM ANO DE LUTAS

Não obstante aquela sensação de que, como classe e como categoria dos servidores públicos municipais, nós poderíamos ter entrado com mais força nas lutas coletivas de todos os trabalhadores e nos movimentos de rua contra as contrarreformas que nos tira os direitos, podemos, sem sombra de dúvidas, afirmar que tivemos um bom ano de lutas.

Nas lutas coletivas estivemos em todas, mas nossa representação não revelou uma adesão decidida e comprometida do conjunto dos servidores, apesar da insistência, convite e suporte oferecido para que pudéssemos ser mais fortes e presentes.

Nas lutas locais, podemos nos felicitar porque garantimos os reajustes dese-

nhados na pauta de reivindicação, tanto para as atividades meio e saúde, quanto para o magistério, agregando a isso a efetivação da progressão horizontal para todos, de acordo com as especificidades.

Nas lutas cotidianas, em cada situação específica, os acordos para as nivelções salariais dos profissionais não médicos e a efetivação do sobreaviso do hospital, entre outras conquistas localizadas, bem como a já iniciada negociação para a regularização dos vencimentos-base dos motoristas, encerram uma lista de enfrentamentos que apontam para avanços ainda melhores que continuarão.

Como um arremate proveitoso, a instalação da secretaria de formação sindi-

cal e os primeiros passos dessa área na (in) formação dos sindicalizados, no desenho e encaminhamento para a instalação de curso de formação sindical e política, no estímulo e acompanhamento para a formação específica e continuada com vistas à progressão na carreira, tudo isso, dá, ao conjunto das atividades pensadas, um sentimento de maior sucesso.

O seminário de formação e mobilização, em especial, deu o pontapé inicial para essa dimensão assumida pela gestão 2017-2020 no SINDSERPUMI, e que continuará em 2018 se aperfeiçoando para a formação das lideranças sindicais.

E que venham novas lutas! Nós continuaremos no “front” dessa batalha!

SECRETARIA DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL— TAREFAS

- **Implementar a Secretaria de formação política e sindical;**
- **Acompanhar o trabalho de assessoria de formação sindical .**
- **Formação sindical e cursos por área, objetivando a conscientização dos trabalhadores do papel político e da função que desempenham.**
- **Organizar as discussões com todas correntes de pensamento que atuam no movimento sindical, visando o crescimento político da categoria .**

NESTA EDIÇÃO:

AJUSTES PREVIS- 2
TOS NO PCCR

UNIDADE DE LU- 2
TA CONTRA INI-
MIGO COMUM

AS LUTAS PARA 3
O ANO DE 2018

ESTRATÉGIA DE 3
REDUÇÃO DA
FOLHA?

EXPERIÊNCIA 4
DE FORMAÇÃO
EM QUIXADÁ-

PONTOS DA RE- 4
FORMA TRABA-
LHISTA 2

VOCÊ SABIA??

Que no decorrer do ano, a evolução da folha de pagamento de Icapuí atingiu em Outubro o 2º maior custo de pessoal de contrato temporário (o 1º foi em abril), com o valor de R\$ 651.554,69, perfazendo um percentual de 25,15% sobre o valor total da folha que

foi de R\$ 2.589.840,22, a maior folha de pagamento do ano todo?

Afora isso, você sabia que isso corresponde a não menos que 347 contratos temporários, perdendo apenas pra junho deste mesmo ano que foi de 366 pessoas?

E mais... Que isso, somados a outros vínculos nos meses próximos, implicou no 2º quadriênio a um gasto com pessoal de 52,95% da Receita Corrente Líquida (RCL), colocando o município em situação de preocupação em relação à LRF?

OS AJUSTES PREVISTOS NO PCCR

O plano de carreira das atividades meio e saúde, como sempre lembrado, é uma das principais conquistas dos servidores públicos municipais, e um excelente instrumento de gestão de pessoal em Icapuí. A dinâmica da administração municipal, no entanto, vai sugerindo ajustes e são esses ajustes que o SINDSERPUMI vem conduzindo no último semestre. Não para desfigurá-lo, que é um risco, mas para fortalecê-lo para o bem do servidor.

Entre os ajustes, após

leitura e estudo por meio de encontros periódicos, figuram itens pontuais em temas como ampliação de conceitos necessários, organização dos subsistemas e tabelas de referências, desenvolvimento na carreira, comissão de carreira, algumas gratificações, elementos de progressão vertical, entre outros que, na compreensão do sindicato, darão maior eficiência ao PCCR como instrumento de carreira.

Obviamente, estudos jurídicos e de impacto finan-

ceiro irão acompanhar um possível texto de projeto de lei (PL), que proporcionará os ajustes que vão ser propostos, além de se ter esmerado cuidado com os impactos internos na lógica de organização do plano.

As discussões finais serão estendidas à comissão de carreira, ao grupo de estudo que se reuniu neste semestre, à assessoria jurídica do governo e equipe, e outros setores interessados. Vamos aguardar, então, o resultado.



“... COSTURAR COM URGÊNCIA A UNIDADE QUE NOS FOI SUPRIMIDA. PORQUE, ATENTE-SE, NOSSO INIMIGO É UM INIMIGO COMUM”



POR UMA UNIDADE NA LUTA CONTRA O INIMIGO COMUM

É conhecido por todos a saga do golpe midiático e jurídico, orquestrado pela elite dominante brasileira e seus aliados no legislativo e judiciário federal, que depôs a presidenta democraticamente eleita. Em seguida, deu-se condução à destruição das conquistas dos trabalhadores por meio de contrarreformas absurdas, e, confrontando esse cenário, as entidades sindicais vem mobilizando os trabalhadores na contramão desse processo em campanhas e movimentos de ruas.

No entanto, o enfrentamento dessa ação, que põem por terra os direitos dos mais pobres e assume uma orientação neoliberal e de mercado, por vezes, acaba ocorrendo de forma isolada. Cada organização sindical atua sob seus princípios internos e suportes ideológicos, co-

mo se a luta em curso fosse de uma e não de todas as forças sindicais efetivamente comprometidas e que se contrapõem ao desmonte instalado no país para prejudicar a classe trabalhadora. Como se o inimigo que nos afronta não fosse comum a todos nesse tempo sombrio.

Por vezes, as entidades se dividem, presas aos seus orgulhos específicos, e se negam a juntar forças contra o conjunto de setores políticos, governistas e empresariais que — nitidamente unidos — dão curso ao plano comum e amplo do golpe desde 2016.

É oportuno para esse enfrentamento, mesmo com os embates de interesses e de posição ideológica de cada entidade, costurar com urgência a unidade que nos foi suprimida. Porque, atente-se, nosso inimigo é um ini-

migo comum.

Severos ataques vem sendo estratégico e articuladamente implementados por grupos dominantes. Eles largaram suas tramas específicas e se puseram, conjuntamente, num projeto de retomada de poder demonstrando unidade orquestrada.

A contraposição dessa situação precisa, assim, superar esse nível de inteligência e de unificação, se quiser alcançar êxitos. Necessita integrar suas lutas num projeto amplo e maior que as entidades. Um elemento que aglutine as lutas e todos, em função de combater sem divisões, o inimigo comum.

A saída é despir-se de nossas vestes particulares e vestir-se do tecido de peça única que nos mantém unidos como trabalhadores(as).

AS LUTAS PARA 2018: O QUE NOS ESPERA?

Na contextura federal em que vivemos, o que nos espera como “fronts” de luta para o ano de 2018 no âmbito municipal?

No âmbito federal a indisposição de investir recurso, já mostrada na baixa perspectiva de aumento do salário mínimo, pouco mais que 2% e no reduzido ajuste do Piso do professores pouco mais que 4%. De quebra a notícia estranha de redução dos recursos do FUNDEB.

No contexto municipal,

não se mostram severas quedas de receitas, nem problemas de redução de Receita Corrente Líquida. No entanto, o desenho da folha de pagamento e do comprometimento com a Lei de Responsabilidade Fiscal neste ano de 2017, nos dois primeiros quadrimestres, vem “sugerindo panos mortos” nas discussões de campanha salarial similares à de 2017. Não porque não haja espaço e recursos para boas negociações com base nos dados disponíveis, mas por-

que os riscos a pouco citados podem ser usados pelo governo como mote para minimizar parcela das reivindicações.

O SINSERPUMI não entende dessa forma, mas questiona as formas possíveis de correção na gestão de pessoal para abrir campo financeiros de negociação plausível para garantir bons percentuais aos servidores públicos.

Sem dúvida, esse embate vai requerer muitos parceiros no front de batalha.



ESTRATÉGIA OU POLÍTICA DE REDUÇÃO? O QUE FEZ O GOVERNO NA FOLHA DE PESSOAL?

Conforme dados levantados pelo SINDSERPUMI, o comportamento das receitas em relação aos investimentos em pessoal nos últimos quadriênios em Icapuí se mostra prejudicado, não pela insuficiência em si nos recursos, mas pela aplicação desgovernada em contratação de temporários e cargos comissionados, tratando aqui somente da questão de folha de pessoal.

Tomando os dados da transparência municipal, como anunciado na 1ª página deste informativo, os percentuais de gastos com temporários atingem os 25% da folha, ou mais, e se mantêm em elevação na maioria dos meses em 2017, tendo em abril seu maior pico (25,46%), seguido de setembro e outubro. Do mesmo modo, os investimentos em nomeação de cargos comissiona-

dos, no decorrer do ano de 2017 seguem os mesmos ritmos, ensejando elevação contínua dos valores pagos nesse vínculo específico.

Estes dados da transparência demonstram que há um movimento estratégico no nível governamental que ainda não se configurou como efetiva mudança de postura em relação ao enxugamento da folha e de seus vícios políticos, a saber: reorganização dos serviços, aproveitamento otimizado dos servidores efetivos, etc.. É, na verdade, como ação paliativa provisória de redução dos percentuais de gastos de pessoal.

Como revelado nos dados, os meses de maio e outubro marcam esses momentos, como é sabido de todos, pela demissão dos contratados e redução de valores de cargos. No

entanto, logo em seguida, vem sendo prática comum uma nova elevação dos valores dos servidores contratados e de cargos comissionados, superando até os meses anteriores.

Isso aponta que não há, ainda, uma política de redução. Minimiza apenas pontualmente, mas cede aos encantos das pressões políticas subsequentes. De fato, no percurso, não há esforço efetivo de redução de folha de pagamento, mas nítidas adequações momentâneas.

Somente com a continuidade dessa ação, e as correções paralelas de desvios institucionalizados, é que se poderá, ver a médio prazo, os efeitos positivos dessa política. Oxalá esse governo e os próximos encampem essa diretriz com fundamental ao município.

“...NÃO HÁ, AINDA, UMA POLÍTICA DE REDUÇÃO. MINIMIZA APENAS PONTUALMENTE, MAS CEDE AOS ENCANTOS DAS PRESSÕES POLÍTICAS...”

